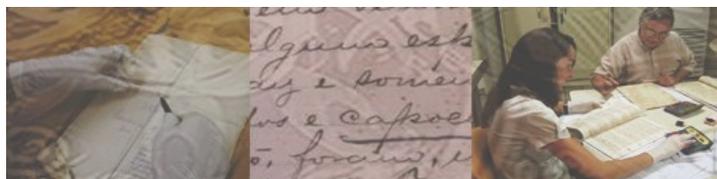




TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
DIRETORIA DE DOCUMENTAÇÃO JUDICIÁRIA  
MEMORIAL DA JUSTIÇA



## Comarca de Floresta

<b>Código de referência:</b>	BR PEMJ FLO
<b>Título:</b>	Comarca de Floresta
<b>Data(s):</b>	1800 1805 1829 1831-1832 1835 1837 1839 1841-1845 1847 1848 1850-1853 1856 1857 1859-1860 1862-1886 1888-1940 1950 1954 1957 (datas de produção)
<b>Nível de descrição:</b>	Fundo
<b>Dimensão e suporte:</b>	Textuais, 5,13 metros lineares ou 27 caixas-arquivo de papelão.
<b>Nome(s) do(s) produtor(es):</b>	Comarca de Floresta, 1870-
<b>História adm./biografia:</b>	<p>No início da colonização do atual Município, atuaram, na catequese dos indígenas, os padres das primeiras missões estabelecidas às margens do rio São Francisco, sobretudo os jesuítas e os capuchinhos franceses.</p> <p>Às margens do rio Pajeú, afluente do São Francisco, estabeleceu-se, na segunda metade do século XVIII, o capitão José Pereira Maciel, rendeiro da famosa Casa da Torre, com fazenda de gado - a Fazenda Grande, como depois seria denominada. Vivia-se, então, em pleno ciclo do gado, quando se alastravam as fazendas no sertão nordestino sob estímulo do consumo crescente no litoral, onde se desenvolviam ativamente a produção açucareira e o povoamento.</p> <p>No ano de 1777, José Pereira Maciel mandava construir em sua propriedade um oratório privado dedicado ao Senhor Bom Jesus dos Aflitos, com capelão mantido às expensas da fazenda.</p> <p>Mas já no ano seguinte, a 2 de março, fazia doação do Patrimônio de Fazenda Grande, que incluía dotação financeira para "reparo, reedificação e paramento" do</p>

	<p>oratório ali existente em escritura passada no cartório de notas da Fazenda Riacho do Navio. O oratório do Senhor Bom Jesus dos Aflitos, desde logo, atrairia a população crente das vizinhanças, fazendo surgir o povoado do Senhor Bom Jesus dos Aflitos da Fazenda Grande. Em 1792, o povoado era elevado a sede de capela e, em 1801, a freguesia e distrito (desligado da freguesia e distrito de Tacaratu), ato confirmado um ano depois.</p> <p>Até os últimos anos do Império, houve índios no Município, vivendo em zonas retiradas, como o riacho do Navio e a Serra Negra.</p> <p><b>Formação Administrativa</b></p> <p>Distrito criado com a denominação de Floresta, por alvará de 11-09-1802. Elevado à categoria de vila com a denominação de Floresta, pela lei provincial nº 153, de 30-04-1864, desmembrado de Taracatu. Constituído do distrito sede. Instalado em 07-01-1865.</p> <p>Em 1870, pela Lei provincial nº 1260 de 26 de maio, foi elevada à categoria de comarca.</p> <p>Pela lei municipal nº 2, de 11-04-1896, são criados os distritos de Penha, Queimadas e Riacho do Navio e anexados ao município de Floresta.</p> <p>Elevado à condição de cidade e sede do município com a denominação de Floresta, pela lei estadual nº 867, de 20-06-1907.</p> <p>Em divisão administrativa referente ao ano de 1911, o município é constituído de 4 distritos: Floresta, Penha, Queimadas e Riacho do Navio.</p> <p>Pela lei municipal nº 76, de 22-06-1920, é criado o distrito de Barra do Silva e anexado ao município de Floresta.</p> <p>Por ato municipal de 24-11-1930, é criado o distrito de Itacuruba e anexado ao município de Floresta.</p> <p>Em divisão territorial datada de 1933, o município é constituído de 5 distritos: Floresta, Barra do Silva, Itacuruba, Nazaré ex-Riacho do Navio e Rochedo. Não os distritos de Penha, Queimadas e Rochedos.</p> <p>Assim permanecendo em divisões territoriais datadas de 31-12-1936 e 31-12-1937. Pelo decreto-lei nº 92, de 31-03-1938, o distrito de Nazaré passou a denominar-se Carqueja e o distrito de Rochedo a denominar-se Airi.</p> <p>O decreto-lei estadual nº 235, de 09-12-1938, desmembra do município de Floresta o distrito de Itacuruba. Elevado à categoria de município com a denominação de Belém.</p> <p>Pela lei municipal nº 2, de 19-01-1948, é criado o distrito de Carnaubeira, criado com terras do distrito do extinto distrito de Barra do Silva.</p> <p>Em divisão territorial datada de 01-07-1950, o município é constituído de 4 distritos: Floresta, Airi, Carnaubeira e Carqueja.</p> <p>Pela lei municipal nº 39, de 05-05-1953, é criado o distrito de Segundo e anexado ao município de Floresta.</p> <p>Em divisão territorial datada de 01-07-1960, o município é constituído de 5 distritos: Floresta, Airi, Carnaubeira, Carqueja e Segundo.</p> <p>Pela lei municipal nº 40, de 17-10-1969, o distrito de Segundo foi extinto, sendo seu território anexado ao município de Floresta.</p> <p>Em divisão territorial datada de 01-01-1979, o município é constituído de 4 distritos: Floresta, Airi, Carnaubeira e Carqueja.</p> <p>Pela lei municipal nº 1, de 22-07-1989, o distrito de Carqueja passou a denominar-se Nazaré do Pico.</p> <p>A lei estadual nº 10626, de 01-10-1991, desmembra do município de Floresta o distrito de Carnaubeira, elevado à categoria de município com a denominação de Carnaubeira da Penha.</p> <p>Em divisão territorial datada de 01-06-1995, o município é constituído de 3 distritos: Floresta, Airi e Nazaré do Pico.</p> <p>Assim permanecendo em divisão territorial datada de 2005.</p>
<b>Procedência:</b>	Arquivo da Comarca de Floresta
<b>Âmbito e conteúdo:</b>	O fundo é constituído por processos judiciais, contendo documentos das áreas cível e criminal.

<b>Sistema de arranjo</b>	O acervo está ordenado cronologicamente, subdividido em duas áreas: cível e criminal. O arranjo foi organizado da seguinte forma: cada comarca corresponde a um fundo e cada vara a uma seção; as séries são constituídas por tipos documentais, ou seja, no caso de documentação processual a série é processo judicial e a subsérie cada tipo de ação ou recurso.
<b>Condições de acesso</b>	Sem restrição de acesso.
<b>Condições de reprodução</b>	Os documentos podem ser reproduzidos por via fotográfica, sendo necessária a assinatura de um termo de cessão de uso de imagens.
<b>Características físicas e requisitos técnicos</b>	Apresenta documentos com escrita antiga, sendo necessários conhecimentos em leitura paleográfica para muitos dos processos do século XIX.
<b>Instrumentos de pesquisa</b>	Listagem em ordem cronológica e por área (cível ou criminal).
<b>Unidades de descrição relacionadas</b>	O Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano possui parte do acervo processual original de algumas comarcas, bem como o Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano – PE, e esses documentos não estão à disposição no Memorial para leitura em forma reproduzida.
<b>Notas gerais</b>	Para o preenchimento do elemento história administrativa/biografia foram utilizadas informações das seguintes fontes: <a href="http://www.citybrazil.com.br/pe/floresta/historia-da-cidade">http://www.citybrazil.com.br/pe/floresta/historia-da-cidade</a> IBGE, Enciclopédia dos municípios brasileiros, v. 18, RJ, 1958.
<b>Nota do arquivista</b>	Descrição revista e preparada por Mônica Pádua, historiadora e especialista em Arquivo do Memorial da Justiça.
<b>Regras ou convenções</b>	Descrição baseada em: Brasil. Conselho Nacional de Arquivos. NOBRADE: Norma Brasileira de Descrição Arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006.
<b>Data(s) da(s) descrição(ões)</b>	2 de julho de 2010.